



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

Objeto: Parecer sobre o Projeto de Lei nº 071/2025 que:
“Revoga as Leis Municipais nº 1.191/1993 e nº 1.246/1994 e
autoriza o Município de Irati a receber, em doação, o Lote de
Terreno nº 01 da Quadra 23 da Planta São Francisco I, de
propriedade da Sra. Maria Lúcia Araújo de Matos.”

Vistos, etc.

Foi recebida, por esta Assessoria, solicitação oriunda da Presidência do Legislativo para a elaboração de parecer sobre o projeto de lei em epígrafe, a teor do disposto no art. 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, atinente à gestão dos bens públicos municipais, o qual foi lido na sessão extraordinária de 26 de outubro de 2025.

É o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais.

O artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a administração e disposição de seus bens.

A Lei Orgânica Municipal – LOM, no seu art. 13, estabelece a competência do Prefeito Municipal para administrar os bens públicos municipais, ressalvados os bens pertencentes ao Poder Legislativo. Além disso, o seu art. 31, X



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

preconiza que compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente aquisição, permuta ou alienação, a qualquer título, de bens municipais na forma da lei.

No caso em questão, infere-se que o objeto da propositura consiste em autorizar o Poder Executivo Municipal a receber em doação, sem encargos, de área de terra pertencente a Sra. Maria Lucia Araújo de Matos, **registrado sob a matrícula nº 1.903 do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Irati**, com o objetivo de regularizar a área que está instalada obra de finalidade pública e social, consistente na Unidade de Saúde Ademar Vieira de Araújo.

Na hipótese de doação sem encargo, não há necessidade de procedimento licitatório, uma vez que não há qualquer vantagem ao doador, e também inexistente possibilidade de competição. Vejamos a lição de Marçal Justen Filho:

“Quando alguém pretende doar algo em favor da Administração não existe, em princípio, possibilidade de competição. Como o doador é titular do poder de determinar as condições da doação, não haverá possibilidade de seleção de uma única proposta como a mais vantajosa. A doação em favor do Estado configura, em última análise, hipótese de inexigibilidade de licitação. Não há viabilidade de estabelecer parâmetros objetivos de competição. Cada particular, dispondo-se a doar bens, determina a extensão e as condições dos contratos. Ademais, nem há contrapartida por parte da administração que pudesse ser eleita como critério para identificar a maior vantagem. Tem de reconhecer-se, portanto, ser pressuposto da licitação a existência de uma prestação a ser realizada pela Administração”.



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

Portanto, considerando que o Projeto de Lei em análise visa autorizar o Poder Executivo a receber um imóvel, com o objetivo de regularizar a área que está instalada obra de finalidade pública e social, consistente na Unidade de Saúde Ademar Vieira de Araújo, ou seja, utilizado para atender o interesse público e contribuir na prestação do serviço de saúde, entende-se que não se aplica a exigência de processo licitatório.

O proponente apresenta a seguinte justificativa:

“Encaminhamos à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara o Projeto de Lei que tem por objetivo regularizar definitivamente a titularidade do imóvel onde atualmente se encontra instalada uma Unidade Básica de Saúde Ademar Vieira De Araújo no Município de Irati, garantindo segurança jurídica e transparência quanto à destinação do bem público.

A Lei Municipal nº 1.191, de 30 de setembro de 1993, autorizou o Município a receber em doação um terreno de propriedade da Sra. Maria Lúcia Araújo de Matos. Posteriormente, a Lei Municipal nº 1.246, de 01 de setembro de 1994, autorizou a permuta desse terreno originalmente doado por outro, de propriedade da mesma doadora, qual seja, o Lote nº 01 da Quadra nº 23 da Planta São Francisco I, situado à Rua Professor Edgard Távora, esquina com a Rua nº 12.

Entretanto, a permuta gerou uma situação jurídica que impede a consolidação registral em nome do Município, motivo pelo qual se faz necessária a revogação expressa das duas leis anteriores, de modo a viabilizar a formalização da doação direta do imóvel atualmente ocupado pela Unidade Básica de Saúde.

Importante destacar que a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA/PR, no âmbito da prestação de contas de investimentos realizados naquela Unidade, solicitou a apresentação da matrícula do imóvel em nome do Município, exigência que só poderá ser atendida com a aprovação deste novo diploma legal.

Ressalte-se, ainda, que a doadora, Sra. Maria Lúcia Araújo de Matos, manifesta até a presente data sua plena concordância com a doação, estando



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

prontamente disposta a colaborar para a conclusão da tramitação legal e registral necessária à regularização do bem público.

Diante da relevância da matéria e da urgência em atender às exigências da SESA/PR, garantindo a correta formalização da propriedade do imóvel e assegurando a continuidade da prestação dos serviços de saúde à comunidade, encaminhamos o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, confiando no apoio dos nobres Vereadores para sua análise e aprovação.”

Diante do exposto, o Projeto de Lei nº 071/2025 encontra-se em conformidade com a legislação vigente, sendo constitucional e legal. Contudo, esta Assessoria Jurídica recomenda que a Comissão de Justiça, Redação e Legalidade, encaminhe ofício ao Executivo Municipal, requerendo cópia atualizada da matrícula do imóvel.

Cumprida tal formalidade, a proposição estará apta para ser analisada pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Irati/PR, 30 de setembro de 2025.

EDUARDO FREIRE GAMEIRO ZANICOTTI
Assessor Jurídico (OAB/PR nº 55.190)